

PREÂMBULO

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa:

Princípios fundamentais

Artigo 1.º

República Portuguesa

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Artigo 2.º

Estado de direito democrático

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Artigo 3.º
Soberania e legalidade

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.
2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.
3. A validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.

Artigo 4.º
Cidadania portuguesa

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

Artigo 5.º
Território

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.
2. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais, a zona económica exclusiva e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos.
3. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras.

Artigo 6.º
Estado unitário

1. O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.

2. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio.

Artigo 7.º

Relações internacionais

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

4. Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

5. Portugal empenha-se no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos.

6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático e pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica, social e territorial, de um espaço de liberdade, segurança e justiça e a definição e execução de uma política externa, de segurança e de defesa comuns, convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia.

7. Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma.

Artigo 26.^o Outros direitos pessoais

- 1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação. – LACS pág.25**

Identidade pessoal: (pág. 285)

- Este artigo garante a história de cada um (data de nascimento, local de nascimento, nome, país)
- É possível pedir uma retificação das informações ao ministério da administração interna;
- Hoje não é possível “pai incógnito”, é aberto um processo;
- Ligado à Identidade Civil. Direito a ter um nome;
- Serve a pauta da leitura dos direitos à imagem e à palavra.

Desenvolvimento da personalidade: (pág. 286-289)

Conjunto de elementos que desde o nascimento até atingir a maturidade, uma pessoa tem ao seu dispor para “desenhar” a sua personalidade. Ambiente onde vive/viveu. As pessoas devem possuir recursos para se desenvolverem.

Capacidade civil: direito de contratualizar, fazer contratos

Cidadania: Direito político, poder eleger e ser eleito. Existem posições, como por ex Presidente da República, onde existem alguns critérios.

Ao bom nome e reputação: (pág. 289) Envolve a dignidade das pessoas. Exemplo: Os jornais não podem chamar “assassino” ou dizer “matou”, têm de usar alegadamente. LACS -

Imagem: (pág.289) ninguém pode usar a imagem de alguém para próprio benefício. A pessoa tem de autorizar ou vender a própria imagem. Exemplo: Um jogo de futebol conta uma ação coletiva, logo as pessoas podem captadas.

Palavra: (pág.289) Ninguém pode ser obrigado a falar, mas também não pode ser impedido de falar. Dependendo da situação, podem existir consequências.

Direito ao sossego: Dependendo da situação, em tribunal, podem existir consequências.

Reserva da intimidade da vida privada e familiar: (pág. 291) É considerado um direito nuclear, pois abrange toda a vida privada da pessoa – em espaço público ou privado – que só a si se diz respeito.

Teoria das três esferas:

- *Esfera íntima:* Dentro desta esfera podemos encontrar aspetos relativos á vida sentimental, sexual, convicções políticas e religiosas. Informação reservadas que, em regra, nunca serão acessíveis a outros indivíduos.
- *Esfera privada:* Plano menos “escondido”, mas igualmente reservado. Engloba hábitos de vida e as informações que a pessoa partilha com a sua família e amigos.
- *Esfera pública:* Comtempla os comportamentos e atitudes deliberadamente acessíveis ao publico e conhecidas por todos, não existindo qualquer tipo de reserva.

Proteção legal contra qualquer tipo de discriminação: (pág. 294) Exemplo do caso Marega. A justiça pode aplicar penas mais pesadas para servir de exemplo.

2. A lei estabelecerá garantias efectivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

Apontamentos: (pág. 294) Lei para proteger cobaias (exemplo: pessoas que testam medicamentos novos)

3. A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.

Apontamentos: (pág. 295) A utilização dos genes só pode acontecer quando o próprio da autorização

4. **A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efectuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos.**

Apontamentos: Ninguém pode ser impedido da utilização da capacidade civil, a não ser exceções previstas na lei. (Exemplos: pessoas com problemas mentais).

Artigo 34.^o
Inviolabilidade do domicílio e da correspondência
– Estes princípios gerais precisam ser depois regulamentados -

- 1. O domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis.**

Apontamentos: Qualquer tipo de correspondência (e-mail ou correio)

- 2. A entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade só pode ser ordenada pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstos na lei.**

Apontamentos: Mesmo as autoridades precisam de um mandato para invadir a casa de alguém contra a vontade de um cidadão.

- 3. Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei.**

Apontamentos: Fechaduras informáticas, por exemplo, podem levar a um crime também na ordem das ferramentas informáticas. Além de se tratar de um crime de violação de habitação neste caso, acarreta outras agravantes.

- 4. É proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvos os casos previstos na lei em matéria de processo criminal.**

Apontamentos: Este artigo responsabiliza o estado.

- Sem um mandato judicial, as autoridades não podem ter acesso à nossa correspondência e telecomunicações.

- No entanto, o estado tem aumentado o ser poder desta área principalmente em casos de branqueamento de capital, por exemplo. As escutas telefónicas, quando existem suspeitas – uma vez que à legislação que o permite.
- O cidadão pode não saber que está a ser escutado, mas autoridades, nomeadamente a tributária possui esse poder.

Artigo 35.º

Utilização da informática

Apesar de estas leis terem sido criadas há mais de 45 anos, estão escritas de maneira a conseguirem-se manter atuais.

- 1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.**

Apontamentos: Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.

Regulamentação de Protecção de Dados (RPD) tem raiz constitucional. As pessoas têm o direito de ter acesso aos dados que lhes dizem respeito e saber qual é a finalidade dos mesmos.

- 2. A lei define o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente.**

Apontamentos:

- Complementa o primeiro. A lei tem de clarificar o que se entende por dados pessoais (RPD regulamenta toda esta questão e atribui definições aos aspetos levantados nesta linha).
- Antes da criação da Regulamentação de Protecção de Dados, competia à Comissão Nacional de Protecção de Dados de a fiscalização para proteger os dados pessoais.

- Hoje essa responsabilidade pertence às entidades que vão usar os dados, enquanto a Comissão Nacional de Proteção de dados vigia e responsabiliza essas entidades se necessário.
- **Entidades administrativas independentes** – servem para proteger os dados pessoais nas diferentes áreas da nossa vida. Fiscalizadoras, legalizadoras, gestoras e até podem autorizar.
- ANACOM, ERC, CNPD – Ver anexo

3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis.

Apontamentos:

- Limites de uso da informática – estes dados não podem ser alvos de tratamento informático
- Convicções filosóficas: formas de pensar que estão ligadas a entidades de carácter secreto ou discreto, como por exemplo a Maçonaria.
- Não pode haver tratamento informático de dados sobre a militância relativa a um partido. Isto não se aplica aos deputados e dirigentes de partidos, uma vez que essas pessoas optam por ter intervenção política – pessoas publicamente expostas, abdicam de alguns direitos pessoais e sofrem de uma vigilância mais apertada (direitos de personalidade no artigo 26º)
- Dados podem ser revelados com autorização da pessoa ou para fins estatísticos, onde não se saibam a quem pertencem esses dados.

4. É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei.

Apontamentos: Cada pessoa tem direito ao acesso dos seus dados, mas nunca aos dos outros. Estes dados só podem ser revelados em favor do bem comum ou da própria pessoa.

Por exemplo, se uma carteira for encontrada, a polícia precisa aceder aos dados da pessoa para a encontrar – bem do próprio.

5. **É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos.**

Apontamentos: Assegurar que as autoridades públicas não têm acesso a todo o “retrato” de um cidadão. Só as autoridades judiciais, e mesmo assim tem de ser por via indireta. “Informação a mais” Por exemplo: temos um número de CC, um número de Carta de Condução, um número de Segurança Social. Estes números são autónomos.

6. **A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo a lei o regime aplicável aos fluxos de dados transfronteiras e as formas adequadas de protecção de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.**

Apontamentos: “Bens de interesse público coletivo” Comunicação, Energia, Água, Rádio e Televisão.

As redes informáticas são a espinha dorsal da comunicação atualmente. Logo deve haver garantia de que as pessoas têm acesso a estes meios. Por exemplo, é por isso que existem cabines telefónicas e os quatro canais.

7. **Os dados pessoais constantes de ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.**

Apontamentos: Ficheiros que ainda estão em papel gozam das mesmas leis que os ficheiros informáticos.

Artigo 37.º

Liberdade de expressão e informação

LACS – pág.30: É incontestável que a liberdade de expressão e de divulgação do pensamento é não só condição necessária de afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana, como constitui um dos pilares essenciais das sociedades democráticas contemporâneas.

1. **Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.**

Apontamentos: Todos nós podemos dar/divulgar informação, independentemente do conteúdo desta.

O cidadão tem liberdade de procurar informação em todos os locais.

O cidadão tem direito de exigir ao Estado informação que seja relevante para si (impostos que paga, meteorologia)

Não pode haver impedimentos a esta busca e divulgação da informação.

- **Direito a informar-se:** Direito a procurar e obter informação;
- **Direito a informar:** Direito a difundir a informação;
- **Direito a ser informado:** Os cidadãos devem ser “rigorosamente e com verdade” informados.

2. **O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.**

Apontamentos: Reforça o primeiro. Não existem censuras, mas limitações. Portugal é o único país com este artigo na sua constituição, uma vez que tivemos um regime autoritário que controlava e censurava a informação.

3. **As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei.**

Apontamentos: Existem infrações (limites) à informação e ao acesso à informação. Por exemplo, espalhar informações mentirosas é criminoso. Tentar acessar a informações secretas ou confidenciais é crime também. Dependendo do tipo de crime, quem trata disso são os tribunais ou as entidades administrativas independentes (ANACOM por ex)

4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.

Apontamentos: Artigo muito usado nos órgãos de comunicação social, mas não só – pode se aplicar a uma rede social, a um site, etc. *Direito de resposta:* Quando alguém divulga uma notícia, o visado na notícia tem direito de responder ao que está a ser dito para justificar/complementar. *Direito de retificação:* A notícia pode ter alguma informação falsa e é necessário desmentir ou corrigir essa informação.

Se uma notícia prejudicar alguém ou alguma instituição, existe a possibilidade de indemnização para compensar os danos sofridos com a disseminação de uma notícia falsa.

LACS:

- **Direito de resposta:** O poder, que assiste a todo aquele que seja pessoal afetado por notícia, comentário ou referencia saída num órgão de comunicação social, de fazer publicar ou transmitir nesse mesmo órgão, gratuitamente, um texto seu contendo um desmentido, ou retificação ou defesa.
- **Direito de retificação:** constitui uma força de reação a referencias inverídicas ou inexatas, não se tratando já de ripostas a qualquer ofensa ou prejuízo para a reputação – apenas uma correção.
- Do preceito da **igualdade** estabelecido no preceito resulta a paridade de meios e condições dos titulares do direito face aos órgãos de comunicação, de mensagem respondida ou retificada. O de **eficácia** concretiza-se através da rapidez e da equivalência da divulgação da resposta ou retificação, o que supõe, a consagração de prazos curtos e de condições formais idênticas ao texto que a originou.

Artigo 38.º

Liberdade de imprensa e meios de comunicação social

➔ O presente artigo constitui o núcleo duro da especial protecção que o legislador constitucional, atendendo à função que desempenha numa sociedade democrática, entendeu conceder à comunicação social. O reconhecimento de um conjunto de direitos inalienáveis aos seus principais agentes, os jornalistas, afigura-se imprescindível para delinear a autonomia e o sentido do regime do direito da comunicação social: o direito de liberdade de expressão e de criação, o direito de participação na orientação editorial dos órgãos de comunicação social, o direito de acesso às fontes de informação, o direito à independência e o direito ao sigilo profissional. ➔

LACS

1. É garantida a liberdade de imprensa.

Apontamentos: Toda a gente em Portugal pode criar imprensa em suportes de papel ou digitais, mas não de televisões e rádios se sinal aberto.

2. A liberdade de imprensa implica:

Apontamentos: Conjunto de preceitos, alguns aplicados só a profissionais do setor, outros aplicados a qualquer pessoa.

a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;

Apontamentos: Artigo vocacionado exclusivamente para jornalistas profissionais (ter cadeira profissional). Existe o estatuto do jornalista que oferece aos profissionais da área direitos e deveres.

Natureza doutrinária ou confessional: refere-se, por exemplo, a jornais de partidos ou de sindicatos ou de natureza religiosa. Os jornalistas que aqui trabalham não têm o direito de intervir nos conteúdos e na orientação editorial da entidade.

b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de

informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redacção;

Apontamentos:

Acesso às fontes de informação: Os jornalistas têm acesso às fontes para recolherem informações que não lhes dizem respeito a eles mesmos, mas à sociedade.

Independência: não lhes podem ser impostas condicionantes a estas informações, nem pela entidade onde trabalham nem por outros órgãos.

Os jornalistas têm o direito de não revelar as fontes de onde retiraram as informações

c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

Apontamentos: A liberdade de imprensa é sujeita a estes direitos. A fundação de jornais é livre (o que já não acontece para televisões e rádios, a não ser que sejam online).

3. A lei assegura, com carácter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.

Apontamentos: Os órgãos de comunicação social não podem ter donos não conhecidos, independente do formato e plataforma. Todos os anos quando são apresentadas as contas das empresas, é obrigatório publicar essas contas e aqui tem que aparecer quem são os donos/sócios/acionistas do meio de comunicação.

4. O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.

Apontamentos: Compete ao Estado assegurar que os órgãos de comunicação social têm condições para poder ser independentes em relação ao poder económico e político. É

difícil de se concretizar na prática já que grande parte da receita dos jornais vem de publicidade. Logo as grandes empresas têm um grande controlo sobre os meios de comunicação.

➔ O **princípio da não concentração** que aqui se estabelece, aplicável à generalidade dos «*órgãos de informação geral*», representa a convicção de que o **pluralismo externo** dos meios de comunicação social constitui um modo indispensável de alcançar a efectiva diversidade de confronto de pontos de vista necessários numa sociedade democrática (quanto à obtenção desses objectivos através da promoção do **pluralismo interno**, ver anotação final ao n.º 6). A promoção do pluralismo, quer salvaguardando o acesso de novos *players* ao «mercado das ideias», quer impedindo os que nele actuam de impor as suas opiniões ou interesses («*do que se trata nesta disposição legal é de impedir a concentração de empresas jornalísticas, e, portanto, [de] concentração de poder jornalístico*», conforme diria o deputado Sousa Tavares, PSD, na CERC de 1982; *DAR*, I, n.º 125, p. 5289), é também uma forma de garantir a independência dos órgãos e agentes da comunicação social.

LACS

5. O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.

Apontamentos: Não diz como é que esse serviço pode ser prestado. Este serviço pode ser feito através de meios do estado, que é o caso atual (RTP1,2,3 e Antena 1).

6. A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Apontamentos: Independente de quem está no poder, os meios de comunicação do estado devem ser neutros.

7. As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei.

Apontamentos: É preciso uma licença para criar uma TV e rádio de sinal aberto, que só é atribuída por concurso público. Existe uma certa triagem, que assegura a qualidade destes canais.

Artigo 39.º

Regulação da comunicação social

1. Cabe a uma entidade administrativa independente assegurar nos meios de comunicação social:

a) O direito à informação e a liberdade de imprensa;

Apontamentos: Compete à ERC assegurar o direito à comunicação e liberdade de imprensa;

b) A não concentração da titularidade dos meios de comunicação social;

Apontamentos: Em Portugal, os órgãos de comunicação social têm de pertencer a diferentes donos, para não haver uma “concentração” e domínio.

c) A independência perante o poder político e o poder económico;

d) O respeito pelos direitos, liberdades e garantias pessoais;

Apontamentos: Não podem ser violados os Direitos de Personalidade

e) O respeito pelas normas reguladoras das actividades de comunicação social;

Apontamentos: Estatuto editorial do jornal, a regulamentação da atividade jornalística

f) A possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião;

Apontamentos: Garantir que há possibilidade das diferentes correntes de opinião estarem presentes nos órgãos de comunicação.

g) O exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política.

Apontamentos: Espaços que os órgãos públicos de rádio e televisão são obrigados a garantir em período pré-eleitoral. Fora deste período, é necessário que haja tempo de antena para organizações de natureza pública e privada como sindicatos, igrejas, religiões etc. EX: A RTP transmite uma missa aos domingos, porque grande parte dos portugueses são católicos.

Nota: Vivemos numa sociedade organizada onde se pretende que o direito de comunicação e informação, independente da plataforma têm que responder aos anseios da esmagadora maioria dos cidadãos oferecendo as várias alternativas.

- 2- A lei define a composição, as competências, a organização e o funcionamento da entidade referida no número anterior, bem como o estatuto dos respetivos membros, designados pela Assembleia da República e por cooptação destes.

Apontamentos: O legislador ordinário foi obrigado a regulamentar por lei o funcionamento das entidades reguladoras (ERC, ANACOM, CNPD)

Artigo 40.º

Direitos de antena, de resposta e de réplica política

(aqui os artigos dizem respeito a questões de natureza política, e não civis – essas estão no artigo 37)

1. Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais e representativas das actividades económicas, bem como outras organizações sociais de âmbito nacional, têm direito, de acordo com a sua relevância e representatividade e segundo critérios objectivos a definir por lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e de televisão.

Apontamentos: Ponto g do artigo 39 -1

2. Os partidos políticos representados na Assembleia da República, e que não façam parte do Governo, têm direito, nos termos da lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e televisão, a ratear de acordo com a sua representatividade, bem como o direito de resposta ou de réplica política às declarações políticas do Governo, de duração e relevo iguais aos dos tempos de antena e das declarações do Governo, de iguais direitos gozando, no âmbito da respectiva região, os partidos representados nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas.

Apontamentos: O direito de replica, reposta e antena não se destina apenas aos partidos presentes na assembleia da república, mas também para os partidos sem representação na assembleia.

3. Nos períodos eleitorais os concorrentes têm direito a tempos de antena, regulares e equitativos, nas estações emissoras de rádio e de televisão de âmbito nacional e regional, nos termos da lei.

Apontamentos: Durante as campanhas eleitorais o tempo de antena não tem haver com a representação na assembleia. Todos os partidos devem usufruir do mesmo tempo.

Artigo 41.º

Liberdade de consciência, de religião e de culto

(Este artigo permite que cada um de nós se possa manifestar de forma igual entre todos os cidadãos)

1. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.

Apontamentos: O estado português não pode proibir que as pessoas tenham uma religião ou um culto. A nossa constituição trata a todos de igual forma. São opções individuais de cada um.

2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.

Apontamentos: As práticas religiosas são completamente livres, desde que não incitem à violência ou à desordem.

3. Ninguém pode ser perguntado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou prática religiosa, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis, nem ser prejudicado por se recusar a responder.

Apontamentos: Matéria super defendida na nossa constituição.

4. As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.

Apontamentos: O Estado não pode regular religiões. É uma matéria das próprias religiões. A não ser num estado de calamidade por exemplo.

5. É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.

Apontamentos: As religiões, sejam qual forem, podem pregar livremente a sua doutrina, usar meios de comunicação, etc.

6. É garantido o direito à objecção de consciência, nos termos da lei.

Apontamentos: Por exemplo, quando o serviço militar era obrigatório, um indivíduo podia recusar-se a ter contacto com armas devido à sua religião/crença, e isto era respeitado.

Artigo 42.º

Liberdade de criação cultural

1. É livre a criação intelectual, artística e científica.

Apontamentos: Não pode haver nenhuma limitação à criação intelectual (escrita, cinema, escultura, etc)

2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a proteção legal dos direitos de autor.

Apontamentos: Os direitos do autor entram na composição de uma música, escultura, cinema, imprensa, etc. Tudo o que seja criado por alguém, tem proteção por direitos de autor.